

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
CENTRO DE ENGENHARIA, MODELAGEM E CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Caio César Carvalho Ortega, Lucas Calefo, Raphael Honorato Ribeiro

Relatório de Política Habitacional: o caso do Cantinho do Céu

São Bernardo do Campo, SP
2018

Sumário

Sumário	1
Lista de ilustrações	2
Lista de tabelas	3
1 INTRODUÇÃO	4
1.1 Metodologia	4
2 A QUESTÃO DOS MANANCIAIS	5
2.1 Modificação da paisagem	5
2.2 A península do Ribeirão Cocaia	6
2.2.1 O processo de ocupação	7
2.2.2 Caracterização	9
3 O PROJETO DE INTERVENÇÃO	15
3.1 Objetivo do projeto	17
3.2 Dificuldades encontradas	19
3.3 Algumas soluções adotadas	20
4 COMPREENDENDO A SITUAÇÃO ATUAL	24
4.1 Visita de campo	24
4.2 Agradecimentos	27
REFERÊNCIAS	31
Glossário	32

Lista de ilustrações

Figura 1 – Esquematização temporal	9
Figura 2 – Imagem aérea da área do Cantinho do Céu	10
Figura 3 – Cantinho do Céu antes da urbanização	11
Figura 4 – Cantinho do Céu antes da urbanização	12
Figura 5 – Cantinho do Céu antes da urbanização	12
Figura 6 – Cantinho do Céu e Adjacências (escala 1:2400)	13
Figura 7 – Cantinho do Céu e Adjacências (escala 1:8400)	14
Figura 8 – Cronologia do surgimento do Cantinho do Céu	17
Figura 9 – Diagramas do projeto urbanístico	18
Figura 10 – Lago Azul e Cantinho do Céu em 30/05/2015	20
Figura 11 – Cantinho do Céu – divisão de obras em etapas	21
Figura 12 – Residencial dos Lagos – divisão das obras em partes	21
Figura 13 – Soluções adotadas na rua Casa do João de Barro	22
Figura 14 – Linha do tempo	23
Figura 15 – Lago Azul e Cantinho do Céu em 14/07/2018	26
Figura 16 – Deck de madeira em 14/07/2018	28
Figura 17 – Espaço Meninos da Billings em 14/07/2018	28
Figura 18 – Quadra de futebol em 14/07/2018	29
Figura 19 – Exemplo do sistema tipo de drenagem em 14/07/2018	29
Figura 20 – Cabine de vigilância em 14/07/2018	30

Lista de tabelas

Tabela 1 – Desdobramentos após a ditadura militar de 1964	6
Tabela 2 – Ações relevantes anteriores ao surgimento do Cantinho do Céu	7
Tabela 3 – Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga	16

1 Introdução

O propósito do presente trabalho é realizar um relatório acerca da reurbanização da área do Cantinho do Céu, na capital paulista, como parte das atividades que integram a disciplina de Política Habitacional (ESZT011).

Este trabalho está subdividido de forma a abordar primeiramente as áreas de mananciais nas quais se situa a favela que sofreu o processo de intervenção e, em seguida, a favela antes e depois do processo, incluindo observações oriundas de uma visita de campo intermediada por moradoras do distrito do Grajaú de alguma maneira ligadas ao círculo social de um dos integrantes do grupo, o que permitiu a visitação ao longo do parque linear.

1.1 Metodologia

Esta seção fornece breves esclarecimentos sobre a metodologia que norteou a elaboração deste relatório.

Para o indispensável processo de revisão bibliográfica, foram utilizadas fontes secundárias, entre elas materiais de caráter institucional da municipalidade, teses de mestrado e fotografias de *sites* na Internet.

Para a elaboração dos mapas foram utilizados dados do sistema *habitaSampa mapa*, acessado por meio do endereço <<http://mapa.habitasampa.inf.br/>>; os dados descarregados eram do tipo *shapefile* (extensão “SHP”) e a importação e composição se deu por meio do *software* de SIG QGIS (disponível em <https://www.qgis.org/pt_BR/site/>). Todos os arquivos utilizados estão disponíveis publicamente em <<https://github.com/caiocco/ufabc-ESZT011-2>>.

O código-fonte (*source code*) deste relatório e sua capa em L^AT_EX, bem como as figuras nele utilizadas, estão disponíveis em <<https://github.com/caiocco/ufabc-ESZT011>>. O endereço também abriga versões compiladas em formato PDF deste relatório e sua capa, com o intuito de facilitar a visualização.

Para a realização das fotografias durante a visita de campo foi utilizada a câmera do *smartphone* iPhone 6s. As fotografias presentes neste relatório tiveram a escala reduzida em aproximadamente 50%, sofrendo ainda um corte na vertical, de forma a buscar a reduzir a presença do céu e otimizar o uso do espaço da página. O tratamento das fotografias se deu por meio do *software* The GIMP, disponível em <<https://www.gimp.org/>>.

2 A questão dos mananciais

2.1 Modificação da paisagem

A The São Paulo Tramway, Light & Power Co., empresa de origem canadense, conhecida e a partir daqui também denominada por Light, é autorizada a operar e se instala no município de São Paulo em 1899, a partir daí, envolve-se com concessões de serviços de iluminação pública a gás, abastecimento de água, rede de esgotos e linhas de bonde (a tração animal ou a vapor), por meio de um processo de absorção entre firmas e posterior aquisição pela própria Light (FRANÇA; JUNIOR, 2000, p.42).

A Light tem papel central na alteração da paisagem da parcela ao sul do município de São Paulo, além da parcela correspondente a Santo Amaro, ainda não anexado por São Paulo e existindo como município. Conforme Matsunaga (2015, p.44), “a ocupação da área dos mananciais, localizados na porção sul da metrópole paulistana, não é um fenômeno novo, uma vez que tem sua origem antes mesmo da área ser definida como tal”, pois como salienta França e Junior (2000, p.53) “a alteração radical da paisagem surgirá mais adiante, com a construção do reservatório do Guarapiranga a partir de 1906, o qual proporciona uma mudança no tipo de uso e, consequentemente, das instalações a serem lá erguidas”.

A área de manancial onde se situa o Cantinho do Céu tem sua gênese na construção da represa Billings, projetada pelo engenheiro americano Asa Kenney Billings (FRANÇA; JUNIOR, 2000, p.46), construída entre 1925 e 1926 (FRANÇA; JUNIOR, 2000, p.53). A represa passou a atender a enorme demanda por produção de energia das indústrias que se instalavam em São Paulo na década de 1920. A construção do reservatório em conjunto com as obras de retificação dos Rios Jurubatuba e Pinheiros provocam a segunda alteração das características da região (FRANÇA; JUNIOR, 2000, p.53).

Resumidamente, a explicação para a ocupação das áreas de mananciais da região sul de São Paulo pode ser dada pelo processo de expansão industrial da cidade, onde parte considerável dos empregos relacionados à indústria e aos serviços concentrou-se na região sul, principalmente ao longo do rio Pinheiros, onde as novas vias permitiram a implantação de um número considerável de indústrias. Os trabalhadores em busca dos novos postos de trabalho oferecidos no quadrante sul da cidade encontraram, nas áreas de mananciais, uma alternativa de moradia para suas famílias, próxima ao polo gerador de empregos. No processo contínuo de ocupação do território das bacias Guarapiranga e Billings, nos anos 1980, teve início a ocupação da península, antes isolada pelas linhas de distribuição de energia, que recebe o nome significativo de Cantinho do Céu, como melhor discutiremos

na subseção 2.2.1.

Segundo Matsunaga (2015, p.41), a partir do resgate de momentos da história, verificou-se que “o planejamento e as políticas públicas implementadas na região dos mananciais da metrópole paulistana começam a se configurar no sentido de preservação da qualidade da água para abastecimento público durante o regime ditatorial de 1964”, sendo os desdobramentos organizados na tabela 1:

Tabela 1 – Desdobramentos após a ditadura militar de 1964

Ano	Acontecimento
1970	Movimento social ambientalista começa a se anunciar no início da década
1975	Promulgação da Lei de Proteção aos Mananciais (LPM)
1987	Emenda Popular pela Reforma Urbana na Assembleia Constituinte de 1987, estabelecendo função social da propriedade e da cidade por meio dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988
2001	Promulgação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988

Elaboração própria. Fonte: Matsunaga (2015, p.41)

2.2 A península do Ribeirão Cocaia

Contextualizando a localização das áreas de estudo na península do Ribeirão Cocaia, Silva (2016, p.17) aponta:

“O reservatório Billings, onde se localiza a sub-bacia do Ribeirão Cocaia, é resultante do barramento de diversos rios na região do bairro de Pedreira, localizado na Zona Sul do município de São Paulo.”

França e Barda (2012, p.110) sublinha importantes informações sobre os bairros da península:

“As áreas Cantinho do Céu, Jardim Gaivotas e Parque Residencial dos Lagos estão localizados no distrito Grajaú, na zona sul do Município de São Paulo, sob a jurisdição da Subprefeitura Capela do Socorro. Situadas na margem esquerda do reservatório Billings e distam cerca de 21 km do centro da cidade de São Paulo.

O Cantinho do Céu conta com cerca de 28 mil habitantes, 8 mil famílias e 12.309 edificações seladas. A área de 1.543.761 m², é composta predominantemente por moradias de alvenaria, ocupadas por famílias de baixa renda”.

Com relação ao perfil de renda das famílias, “em 2010, 74% da população recebia entre 0-3 salário à mínimos, o que denota uma população com renda muito baixa e que não consegue, historicamente, participar do mercado formal de habitação” (SILVA, 2016, p.116), cuja maioria (51,71%) é predominantemente jovem e possui apenas o ensino fundamental completo (82%) (SILVA, 2016, p.116).

O final do capítulo conta com as figuras 6 e 7, que correspondem aos mapas elaborados em diferentes escalas representando cartograficamente a área do Cantinho do Céu e suas adjacências.

2.2.1 O processo de ocupação

Tomando como base Matsunaga (2015, p.44-45), é possível elencar as seguintes ações de relevância que precederam o surgimento da área de estudo, organizados na tabela 2:

Tabela 2 – Ações de relevância que precederam o surgimento dos bairros Parque Residencial dos Lagos e Cantinho do Céu

Ano	Descrição da ação
1927	A região do reservatório da represa Billings recebe o nome de Interlagos
1932	Melhoramentos viários ¹ e interesses de desenvolvimento imobiliário começam a surgir junto a empreendimentos como a Riviera Paulista
1935	Até então a região pertencia ao município de Santo Amaro, passando em seguida a integrar o município de São Paulo com propósitos econômicos
1938	Parcelamento do solo no interflúvio das represas com padrões de cidade-jardim, dando origem ao Balneário Satélite Interlagos ²
1939	O autódromo de Interlagos começa a ser construído ³
1940	Agravamento da crise habitacional paulistana, elevando a pressão sobre os mananciais

Continua na próxima página

¹ Vide a construção da autoestrada para Santo Amaro, denominada Autoestrada Washington Luís (FRANÇA; JUNIOR, 2000, p.51), iniciada em 1927 e concluída em 1933, bem como uma variante desta com acesso à Cidade Satélite de Interlagos, construída em 1940 (FRANÇA; JUNIOR, 2000, p.49)

² Em França e Junior (2000, p.51; p.56-57) foi utilizado o termo Cidade Satélite Interlagos, em conformidade com o anteprojeto, bem como o termo Cidade Satélite Balneária de Interlagos, de forma que consideramos todos como sendo equivalentes e intercambiáveis

³ Conforme França e Junior (2000, p.51) o autódromo foi financiado pela S/A Autoestradas, ligada à implantação da Cidade Satélite Interlagos, que por sua vez vende o equipamento para a Comissão organizadora dos festejos do “IV Centenário da Cidade de São Paulo”, de maneira que o autódromo passa a ser de utilidade pública em 1951

Tabela 2 – Continuado da página anterior

Ano	Descrição da ação
1959	Parcelamento de habitação popular no bairro Cidade Dutra ⁴ em 1959, já atrelado ao polo industrial da região de Santo Amaro
1960	Marco do crescimento urbano paulistano, com a população atingindo 4 milhões de habitantes ante os 500 mil de 1920
1960	O Iateclube Santapaula realiza adaptações no Hotel Interlagos e ali se instala (FRANÇA; JUNIOR, 2000, p.52)
1970	O poder público implanta grandes conjuntos habitacionais de interesse social nas periferias metropolitanas, contribuindo para o padrão periférico de urbanização, como o “BNH do Grajaú” (Conjunto Habitacional Brigadeiro Faria Lima)
1979	A Cidade Dutra já contava com 27 mil habitantes (FRANÇA; JUNIOR, 2000, p.51)

Elaboração própria. Fonte: Matsunaga (2015, p.44-45)

Segundo Silva (2016, p.80), o processo de ocupação definitiva da área de estudo se dá no final da década de 1980:

“A ocupação da área do cantinho do Céu, assim como a do Jardim Gaivotas, dá-se em definitivo a partir de 1988, segundo documento da Associação de Moradores do Parque Residencial Cocaia Independente, logo após o surgimento de loteamento Parque dos Lagos, e Lago Azul que aconteceu em 1987 e intensificou-se nos anos 1990, em um momento de grave crise econômica e grande desemprego no país”.

No entanto, Silva (2016) identificou a partir do contato com um morador local que no final dos anos 1960 a área ainda tinha características rurais (SILVA, 2016, p.80), situação que se alteraria nas décadas seguintes (SILVA, 2016, p.82):

“Dos anos 1970-1990 a situação mais ao norte da Península do Ribeirão Cocaia ainda era pior, quanto mais ao norte mais se deterioravam as condições de vida da população, justamente onde foram implantados os bairros Cantinho do Céu e Parque Residencial Cocaia.”

Silva (2016) também salienta que as ocupações são a maioria das moradias no bairro Cantinho do Céu, diferentemente do que acontece no Residencial Cocaia, também integrante da península do Ribeirão Cocaia (SILVA, 2016, p.83).

Apesar da presença do transporte metroferroviário, Silva (2016) destaca a fragilidade do Cantinho do Céu (SILVA, 2016, p.98):

⁴ Contíguo à Cidade Satélite de Interlagos, conforme França e Junior (2000, p.51)

“Muito embora o distrito do Grajaú tenha se desenvolvido muito em algumas de suas regiões, como, por exemplo, nas áreas próximas da linha férrea Estação Grajaú da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), nos bairros Jardim São Paulo, Parque América, ainda existem lugares de grande precariedade e de espoliação urbano-ambiental, como é o caso de quase todo o bairro Cantinho do Céu e partes do próprio Grajaú (...”).

Finalmente, Matsunaga (2015) elucida a ocupação no tempo e no espaço a partir da esquematização contida na figura 1.

Figura 1 – Esquematização temporal dos domínios fundiários e evolução da ocupação

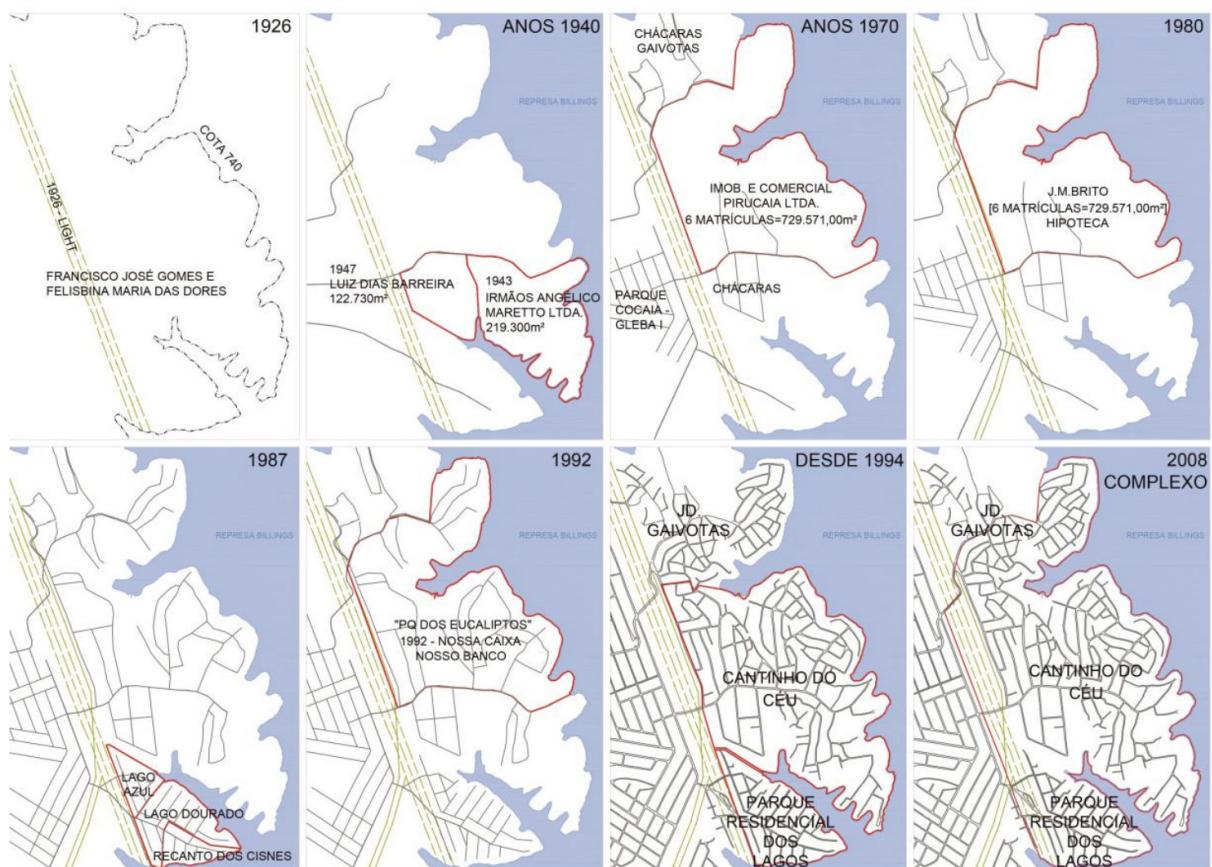


Figura 11 - Esquematização temporal dos domínios fundiários e evolução da ocupação. Fonte: Informações de fotos aéreas dos anos de 1962, 1972, 1994 (Laboratório de Aerofotogrametria e Sensoriamento Remoto – Arquivo de fotografias aéreas – Depto de Geografia/FFLCH-USP); Foto aérea de 1986: BASE Aerofotogrametria e Projetos, constante em Barda e França (2012:76); Matrículas 1º CRI constantes no processo judicial da ACP, volumes 2 e 18; Imagem de capa Revista VEJA SP de 19/06/1991 – ver Anexo 2. Base cartográfica: CESAD/USP. Elaboração: MATSUNAGA (2015).

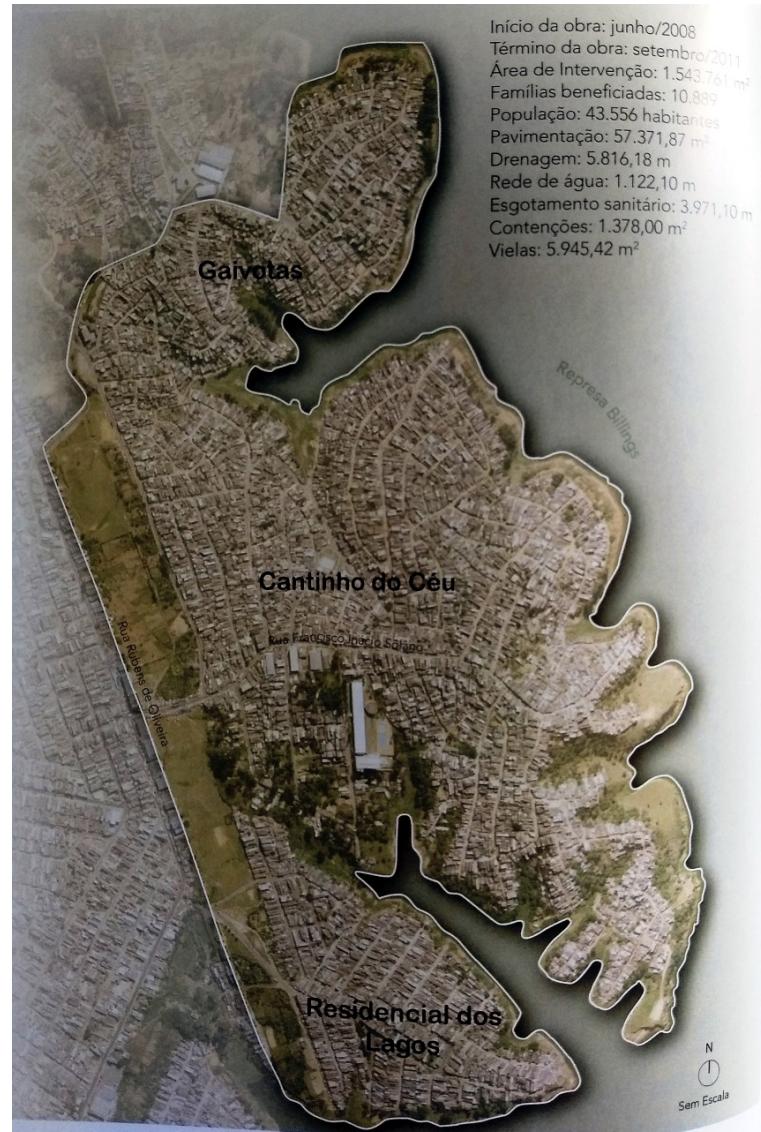
Fonte: Matsunaga (2015, p.58)

2.2.2 Caracterização

Conforme França e Barda (2012, p.110), predominam no Cantinho do Céu dois tipos de ocupação: (i) parcelamento irregular e; (ii) ocupação desordenada típica de favela.

Além disso, “o tamanho médio da família do Cantinho do Céu é de 3,44 pessoas por família o que representa uma média ligeiramente superior à do município de São Paulo (3,3)” (FRANÇA; BARDA, 2012, p.110).

Figura 2 – Imagem aérea da área do Cantinho do Céu



Fonte: França e Barda (2012, p.110)

Os dados mostrados na figura 2, que mostra como está estabelecida a área do Cantinho do Céu, são reproduzidos abaixo para facilitar sua observação:

- Início da obra: junho/2008
- Término da obra: setembro/2011
- Área de intervenção: 1.543.761 m²
- População: 43.556 habitantes
- Pavimentação: 57.371,87 m²
- Drenagem: 5.816,18 m

- Rede de água: 1.122,10 m
- Esgotamento sanitário: 3.971,10 m
- Contenções: 1.378,00 m²
- Vielas: 5.945,42 m²

(FRANÇA; BARDA, 2012, p.110)

As figuras 3, 4 e 5 mostram o Cantinho do Céu antes do programa de urbanização. Como características marcantes, pode-se observar a proximidade de construção de algumas residências à represa, as ruas de terra e a ausência de vias que possibilitem a ligação de todas as áreas do bairro.

Figura 3 – Cantinho do Céu antes da urbanização



Fonte: ArchDaily-Brasil (2013), direitos reservados a Fábio Knoll

Figura 4 – Cantinho do Céu antes da urbanização



Fonte: ArchDaily-Brasil (2013), direitos reservados a Fábio Knoll

Figura 5 – Cantinho do Céu antes da urbanização



Fonte: ArchDaily-Brasil (2013), direitos reservados a Fábio Knoll

Figura 6 – Cantinho do Céu e Adjacências (escala 1:2400)

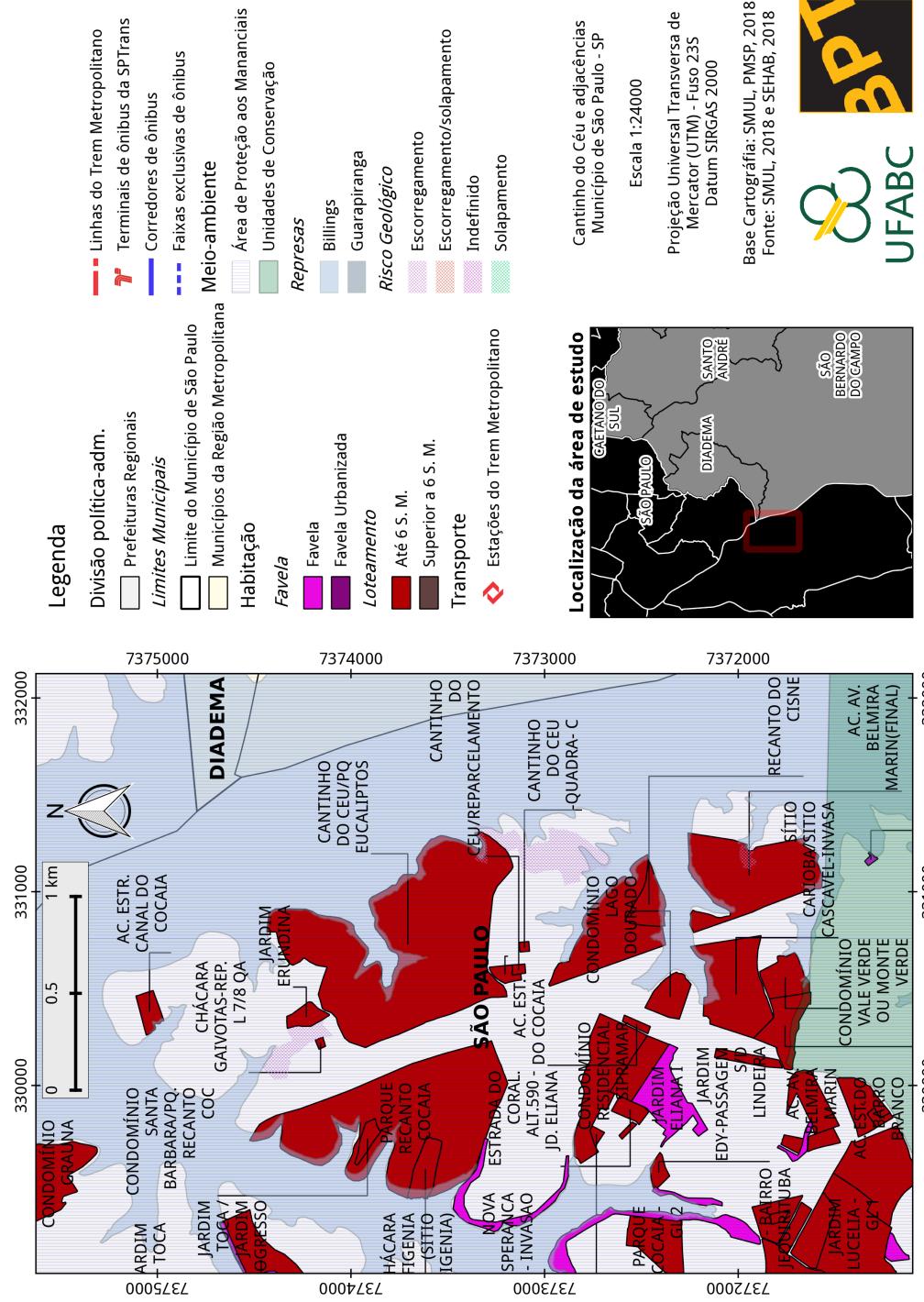
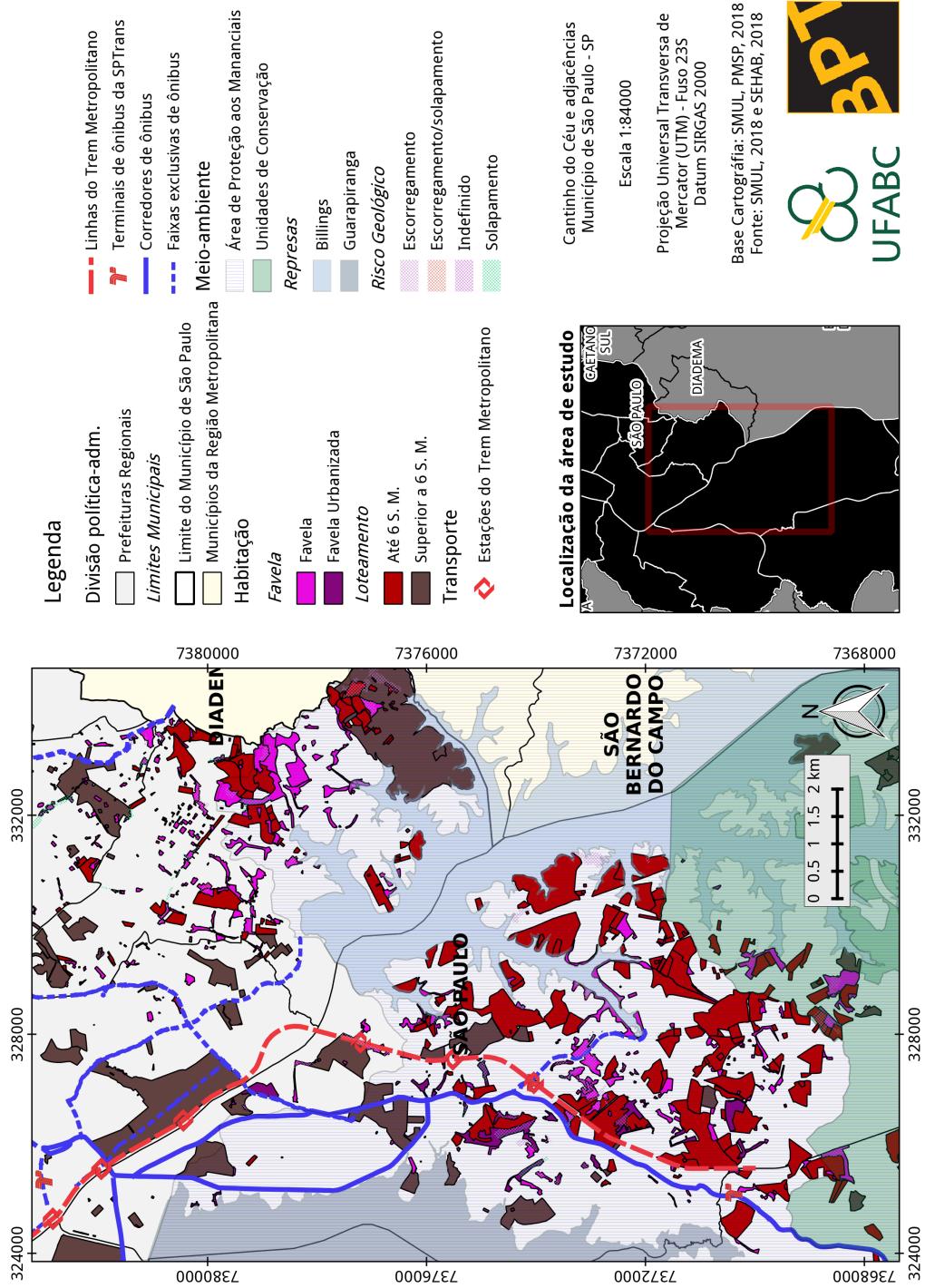


Figura 7 – Cantinho do Céu e Adjacências (escala 1:8400)



3 O projeto de intervenção

Como vimos na seção 2.1 e na subseção 2.2.1, ainda que sumarizados e resumidos, os desdobramentos que levaram à ocupação e posterior urbanização do Cantinho do Céu foram muitos, no entanto, como ponto de partida para entendimento das ações de urbanização, pode ser citado o Programa Guarapiranga, que foi iniciado em 1990, devido à realidade da ocupação irregular das áreas de mananciais, bem como ao agravamento da qualidade das águas do reservatório. O programa foi constituído por um conjunto de intervenções de infraestrutura, sumarizadas na tabela 3. Podemos compreender a seguir a justificativa para o programa, conforme França e Junior (2000, p.27-28):

“No período 1977/89, a qualidade da água do reservatório piorava, ameaçando o abastecimento público proporcionado pelo Sistema Guarapiranga; neste particular os anos de 1990 e 1991 foram críticos. Diante desta situação e a partir da experiência integrada das ações de fiscalização do SOS Mananciais, iniciou-se, em 1991, a preparação de um programa de atividades que tinha como objetivo central a recuperação da qualidade das águas do manancial para o abastecimento público. Os trabalhos iniciais foram conduzidos pela Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, com participação da então Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério da Ação Social, hoje extintos, e com o apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, dentro de um programa de ações mais amplo, que envivia as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Curitiba.”

França e Barda (2012, p.21) oportunamente recupera o papel do Programa Guarapiranga e o relaciona com a situação da região da represa Billings e os desdobramentos posteriores, no âmbito do Programa Billings Legal:

“No ano de 1997, teve início a terceira etapa da primeira fase do Programa Guarapiranga, mesmo ano em que era aprovada a nova legislação de proteção dos mananciais (Lei Estadual 9.866/97), a qual estabelecia o Plano Emergencial, permitindo que os órgãos públicos, como a Sabesp e as prefeituras implantassem ações de saneamento básico na região dos mananciais sul, desde que os bairros fizessem parte da lista de áreas precárias publicadas como parte integrante da legislação.

O Plano Emergencial produziu rápida manifestação de lideranças da região Billings, exigindo que as ações do programa de urbanização se estendessem para seus bairros. Duas das lideranças mais ativas eram do Cantinho do Céu (Floripes) e do Jardim Gaivotas (Emília), que participavam ativamente das reuniões do subcomitê da bacia Billings.

Como resposta às demandas da população por soluções para atenuar as condições precárias dos bairros irregulares da região, a Sehab preparou o Programa Billings Legal, buscando recursos financeiros para sua execução e a integração das ações com o Governo do Estado.”

Tabela 3 – Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga

QUADRO 4 PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA BACIA DO GUARAPIRANGA		
SUBPROGRAMAS	OBJETIVOS	VALORES CONTRATADOS (MILHÕES DE US\$)
1. SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS	<i>Ampliação do sistema de coleta e afastamento de esgotos, atendendo a mais de 80% da população, e melhorias operacionais nos sistemas de coletas existentes.</i>	71,0
2. COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE LIXO	<i>Adequação e controle ambiental do sistema de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos nos municípios de Embu, Itapecerica da Serra e Embu-Guaçu, e aquisição de equipamentos de limpeza de áreas públicas para as Prefeituras Municipais de Embu, Itapecerica da Serra e Embu-Guaçu.</i>	9,5
3. RECUPERAÇÃO URBANA	<i>Urbanização de núcleos de favelas; remoção e reassentamento de famílias residentes em favelas, em áreas de risco ou sem condições de esgotamento sanitário, e adequação de infraestrutura viária e de drenagem em áreas urbanas degradadas.</i>	113,9
4. PROTEÇÃO AMBIENTAL	<i>Repovoamento vegetal das margens da represa e das faixas de domínio público; recuperação de matas ciliares e arborização urbana, e implantação de seis parques.</i>	96,9
5. GESTÃO DA BACIA	<i>Elaboração de estudos visando a organização da gestão da Bacia, incluindo um Plano Diretor para o desenvolvimento e a proteção ambiental do seu território; educação ambiental e capacitação técnica para gestão, e operacionalização dessa gestão por meio do reforço à fiscalização integrada e da criação de um sistema de informações gerenciais sobre a Bacia.</i>	30,7

Fonte: Dirceu R. Yamasaki et al., Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga em São Paulo. In: Nabil Bonduki (org.), *Habitat*, p. 118.

Origem: França e Junior (2000, p.29)

Ainda segundo França e Barda (2012, p.21), no diagnóstico elaborado em função do programa, ficou claro que a área do Cantinho do Céu era uma das mais carentes da cidade de São Paulo e tinha como condição crítica seu esgotamento sanitário, que “era efetuado por meio de fossas negras, sujeitas a extravasões frequentes para as valas de drenagem irregulares de águas pluviais”.

Quanto aos desdobramentos do Programa Billings Legal, França e Barda (2012, p.21) faz a seguinte descrição¹:

“Em 2005 foi retomado com o nome de Programa Mananciais, inicialmente uma parceria entre os governos municipal e estadual e, a partir de 2010, com recursos do governo federal.

Nesse momento, a Sehab deu início à elaboração do novo projeto para o Cantinho do Céu, em parceria com a equipe técnica do Ministério Público, com o propósito de encontrar soluções de consenso que permitissem a permanência da maioria das famílias no local. Ao mesmo tempo se buscava a recuperação ambiental da região da península, através da implantação das redes de coleta de esgoto, sistemas de drenagem, eliminação de áreas de risco e implantação de espaços públicos.”

O projeto de urbanização da área do Cantinho do Céu se inicia no ano de 2008, com duração de quatro anos e término no final de 2012. Apenas após o processo de contratação das obras, em 2010 (dez anos depois dos primeiros estudos), o canteiro de obras e as

¹ Para breves detalhes sobre os antecedentes do Programa Mananciais, ver Matsunaga (2015, p.51)

máquinas se instalaram no Cantinho do Céu (FRANÇA; BARDA, 2012). Identificamos que a decisão de urbanizar surgiu como alternativa à remoção em massa das famílias, ou seja, a opção pela urbanização teve origem na frustração da ação originalmente prevista em 2002, quando a Sehab recebeu uma ordem do Ministério Público para readequar urbanisticamente a região, com sua desocupação em 30 dias, o que se mostrou inviável devido aos cerca de 20 mil habitantes que precisariam ser removidos, o que deu início a diálogos junto ao Ministério Público para o desenvolvimento de outras alternativas que pudessem solucionar do problema habitacional da região. (FRANÇA; BARDA, 2012, p.21)

Conforme França e Barda (2012, p.116), “a partir de 2005, começamos a trabalhar e idealizamos um plano conjunto com vistas a manter a população que ali vivia, dotando a área da estrutura necessária”; em 2008 o escritório de Arquitetura Boldarini Arquitetura e Urbanismo inicia as obras de intervenção sobre a região.

Eventos-chave, como os que abriram este capítulo, bem como outros elencados no capítulo 2.1, encontram-se sumarizados na figura 8. Adicionalmente, uma consolidação mais abrangente, incluindo aspectos ligados ao marco regulatório e formatação institucional foi elaborado por Matsunaga (2015) em uma linha do tempo que visa “elucidar o processo nas diversas escalas” (MATSUNAGA, 2015, p.37), conforme podemos ver na figura 14, disponível na última página deste capítulo.

Figura 8 – Breve diagrama de eventos cronológicos que desencadearam no surgimento do Cantinho do Céu



Elaboração própria com base em França e Barda (2012)

3.1 Objetivo do projeto

O objetivo do projeto era propor uma urbanização adequada sobre toda a região do Lago Azul, dotando-o de toda a infraestrutura necessária, permitindo o desenvolvimento

de sua população como indivíduo e sociedade. Dentre todas as ações necessárias, pode-se citar algumas ações tomadas como estratégias de intervenção, sendo elas (ARCHDAILY-BRASIL, 2013) (FRANÇA; BARDA, 2012, p.28):

- Preservação da vida, realizando correções em todas as áreas/habitações identificadas que apresentavam risco a segurança e saúde da população;
- Integração urbanística entre as novas intervenções, permitindo o acesso as demais áreas, respeitando a tipologia de cada região;
- Correção na infraestrutura urbana, adequando e implementando redes de esgoto, realizando melhorias ambientais e ampliação da malha rodoviária ;
- Geração de condições para a realização da regularização fundiária de todos os integrantes da região.

Conforme ArchDaily-Brasil (2013) e França e Barda (2012, p.28): “a qualificação urbana e ambiental do Cantinho do Céu, a que se propõe o projeto de urbanização, se materializa no ‘tudo ao mesmo tempo’, em que as ações ocorrem de forma simultânea, orquestradas pelo eixo da criação dos espaços públicos”. Sendo as intervenções esquematizadas conforme figura 9².

Figura 9 – Diagramas do projeto urbanístico



Fonte: ArchDaily-Brasil (2013)

² Diagrama similar também está presente em França e Barda (2012, p.27)

3.2 Dificuldades encontradas

Como todo o projeto de intervenção e adequação de favelas, o projeto do Cantinho do Céu também apresentou dificuldade de concepção durante todo o período de implementação.

A primeira dificuldade apresentou-se quanto a recepção da própria população do local. Em primeiro momento a população mostrava certa resistência frente ao programa, alegando que não era a primeira promessa de melhoria do local e que, como a anterior, também não seria cumprida conforme prometido. Porém, com o avanço do projeto e as melhorias ganhando destaque na região, a população passa a aceitar mais ao programa e a interagir mais com as equipes, aumentando a aproximação entre as partes.

Quanto à região, o projeto enfrentou dificuldade a respeito de sua topologia devido a sua declividade acentuada e a desordenada implementação que ocorreu no bairro ao longo dos anos. Estes fatores dificultaram o processo de implementação das redes de esgoto e da malha viária. Para a realização desta atividade foi necessário que cerca de 10% das famílias fossem removidas para outras regiões, permitindo o acesso e início de obras.

Ressalta-se ainda dificuldade frente aos órgãos públicos para a concepção do projeto. Para a realização da intervenção, se fez necessário integração da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, das secretarias da Educação e Saúde; do Governo do Estado participaram a Secretaria de Saneamento, Secretaria de Meio Ambiente e Sabesp. Segundo Ricardo Sampaio, engenheiro integrante da equipe de intervenção, realizar o trabalho integrado entre todos os órgãos e secretarias atuantes sobre o projeto mostrou-se como um dos maiores desafios enfrentados pela equipe (FRANÇA; BARDA, 2012, p.121).

Finalmente, Silva (2016, p.93) faz uma crítica ao projeto engendrado pelo poder público, citando as remoções e considerando que não foi fornecida uma solução clara para o problema da habitação, além de destacar a assimetria ligada à apropriação do lugar, com nomes díspares entre população e poder público³, elemento este que inclusive provocou confusão quando da realização deste relatório:

“E, ainda, temos de lembrar que houve remoções de população nesse período para a construção do parque linear que a Prefeitura chama de Cantinho do Céu, e os moradores chamam de Lago Azul, e operações de desfazimento durante a administração Kassab (2006-2008), quando assumiu a prefeitura substituindo José Serra (2009-2012), que removeu pessoas das áreas de mananciais sem proporcionar uma solução clara para o problema da habitação (...)”

Conforme a figura 10, as áreas do Lago Azul e Cantinho do Céu ficam bastante próximas, ainda que o reservatório exerça um obstáculo, que teria sido superado caso o

³ Para uma discussão sobre a toponímia ligada aos bairros da península, consultar Matsunaga (2015, p.71-100)

projeto tivesse sido implantado em sua totalidade (aspecto este aprofundado no capítulo 4).

Figura 10 – À direita, o Lago Azul e, à esquerda, vista do Cantinho do Céu; no centro da foto, área do reservatório Billings, 30 de maio de 2015



Fonte: Silva (2016, p.80)

3.3 Algumas soluções adotadas

Para implementação do projeto algumas medidas tiveram de ser adotadas para atender toda a demanda que era necessária e, simultaneamente, tornar o projeto viável.

Devido as dificuldades apresentadas durante a elaboração do escopo de intervenção, tais como a dificuldade de uma pré-concepção de projeto devido a falta de conhecimento prévio da região e resistência da população frente ao projeto, foi desenvolvida uma metodologia para implementação em etapas concomitantes, ou seja, esta ocorreria de forma gradual e seletiva, separando em etapas e partes todas as áreas de atuação. As figuras 11 e 12 ilustram tal abordagem.

Esta medida favoreceu, principalmente, no aceite por parte da população, que foi capaz de visualizar a evolução gradual do processo e também participar de toda a estruturação que estava ocorrendo em sua região. Além deste fato, esta medida possibilitou a equipe de desenvolver e implementar tecnologias específicas em cada região, como por exemplo o asfalto que cobria as rodovias. Como cada região apresentava um tipo de tipologia, inclinação e estrutura do solo, cada região apresentava um tipo de asfalto que

melhor se adaptava a estas condições. Para um exemplo de soluções adotadas numa das ruas do Parque Residencial dos Lagos, consulte a figura 13.

Figura 11 – Cantinho do Céu – divisão de obras em etapas



Fonte: França e Barda (2012, p.117)

Figura 12 – Residencial dos Lagos – divisão das obras em partes



Fonte: França e Barda (2012, p.117)

Por fim, executar o projeto em etapas permitiu a tomada de soluções em questão do cronograma financeiro e as aprovações do projeto. A solução adotada pela equipe foi atuar e ajustar o cronograma financeiro conforme as etapas eram aprovadas pelos órgãos públicos (FRANÇA; BARDA, 2012).

Figura 13 – Rua Casa do João de Barro: solução tipo de infraestrutura e sistema tipo de drenagem, julho de 2008



Fonte: França e Barda (2012, p.120)

4 Compreendendo a situação atual

Para Silva (2016, 115), “esse parque evidencia uma das maiores contradições que ainda não foram resolvidas pelas políticas públicas: a preservação do meio ambiente e a questão das habitações nesses lugares”. De fato, é inegável que a população ali residente tem elevada proximidade das águas do reservatório, o que cria uma delicada relação entre o meio-ambiente e a interferência antrópica. Ainda conforme Silva (2016, p.114), a implantação do parque linear foi realizada em parte da orla da península, algo citado pela moradora que realizou o acompanhamento durante a visita de campo (ver seção 4.1).

“A construção do parque linear prevê que ele seja feito em toda a orla da Península do Ribeirão Cocaia, e por enquanto foi feito uma parte de apenas 1,5 km da orla da Península. A política possui a ideia de desfazimento, que é um conceito que a prefeitura do município de São Paulo vinha aplicando durante a gestão Kassab, que previa entre outras coisas a remoção de pessoas que encontravam-se próximos à borda da represa (...)”

A assimetria devido à descontinuidade na implantação do parque linear também foi apontada por Silva (2016, p.102), que realizou visita de campo e esteve em contato com Josiane, que identificou como líder comunitária:

Já no Cantinho do Céu, o bairro se divide nitidamente na metade da rua Francisco Lopes Solano, onde foram feitas obras de infraestrutura para receber o parque linear que chegaria ao Cantinho do Céu, mas que, segundo seus moradores, foi feito no Lago Azul, não tendo chegado na área onde realmente está localizado o Cantinho do Céu.

Ou seja, podemos concluir que a maior parte do bairro não foi contemplada com áreas de infraestrutura. O projeto não deixa de ser louvável do ponto de vista arquitetônico, muito menos pelos desafios encontrados na compatibilização de diferentes elementos da maquinaria do Estado — conforme França e Barda (2012, p.121) “a preparação e a execução do Programa Mananciais são de responsabilidade dos três níveis de governo, contando com a participação da comunidade e de outros agentes da sociedade civil” —, no entanto, trata-se de uma falha a ser observada, visto que o projeto não foi completamente implantado.

4.1 Visita de campo

A visita de campo foi realizada no período vespertino, em 14/07/2018, iniciando-se por volta das 12h45 e encerrando-se por volta das 13h58, tendo sido viabilizada pela

Anetilde, professora municipal da rede pública de ensino, conhecida por Gigi, que por sua vez é diretora da rede pública de ensino e está lotada numa escola do distrito, além de ser irmã do meio de Maria, que é namorada de Caio César, um dos integrantes do grupo responsável por este relatório. Coincidemente, exceto por Caio César, todos os atores são habitantes de longa data da Zona Sul e suas vidas foram ou continuam sendo marcadas pelo contato com o multifacetado distrito do Grajaú.

Para realizar a visita, Caio César se dirigiu à Estação Tatuapé (linhas 3-Vermelha da CMSP, 11-Coral e 12-Safira da CPTM) utilizando a linha de ônibus 3763-10 e realizou o trajeto entre ela e a Estação Autódromo (linha 9-Esmeralda da CPTM) utilizando as linhas 11-Coral, 4-Amarela e 9-Esmeralda do sistema metroferroviário. A partir da Estação Autódromo da CPTM, o trajeto foi feito com o carro da Gigi, que conduziu até a residência de Anetilde. A partir dali, Caio César, Gigi e Maria foram recebidos por Anetilde, seus filhos em idade infantil (um menino e duas meninas gêmeas), sua mãe e seu marido. Anetilde, Caio César, Gigi e Maria percorreram então toda a extensão do Parque Linear Cantinho do Céu. Foram realizadas conversas entre Caio César e Anetilde, de maneira a melhor compreender a região do Lago Azul e do Parque Residencial dos Lagos, bem como o Cantinho do Céu, além disso, foram capturadas centenas de fotografias do percurso, para posterior referência.

Durante a visita de campo evidenciou-se o apontamento feito por Silva (2016, p.94) acerca da área conhecida pela população como Cantinho do Céu, fronteiriça à área conhecida pela população como Lago Azul, correspondente ao parque linear:

“Um dos lugares que está crescendo novamente é uma área diante do parque linear, onde já havia sido removida a população, dentro da borda da represa, com habitações recém-construídas, que apresentam um alto grau de precariedade, com a falta de água encanada, de esgoto, e até de fossa asséptica.”

Silva (2016, p.96) salienta que “essa ocupação está tomando características de perenidade com formação de casas de alvenaria”, o que também se confirmou. Trata-se, inclusive, de um trecho fronteiriço à urbanização no qual não mais é possível enxergar as águas, vide figura 15.

As críticas de Silva (2016, p.120) ligadas ao caráter pontual da intervenção são reiteradas em vista da falta de acompanhamento para a questão habitacional, que é flagrante tanto pelo descontinuidade do próprio parque linear, como pela favela que tem se consolidado como já observava o autor e também foi observado na visita de campo realizada em julho de 2018:

“O parque linear em si não é o problema, nem tampouco soluciona o problema. No máximo, ele poderia ser parte da solução, uma vez que desapropriar e fazer o parque pode resolver um problema pontual; porém,

Figura 15 – Observando o Cantinho do Céu a partir de trecho parcialmente construído do Parque Linear Cantinho do Céu, na área conhecida por Lago Azul pela comunidade, 14 de julho de 2018



Elaboração própria

sem o encaminhamento adequado para a questão habitacional não há como resolver a situação da área de proteção de mananciais.”

Durante a visita de campo evidenciou-se que o parque linear é apropriado pela população, que o utiliza como área de lazer. Silva (2016, p.117) aponta que “o argumento para remoções está baseado na defesa da água e do meio ambiente de uma maneira geral, além da necessidade de áreas de lazer especialmente nas periferias e para as comunidades carentes”, ao que considera que os argumentos são de grande consistência, mas que também são utilizados para remover populações, mesmo quando há posse da terra, o que agrava o processo de especulação imobiliária inerente ao capitalismo e expulsão dos mais pobres (SILVA, 2016, p.118). Durante a visita de campo, Anetilde explica que os moradores do Parque Residencial dos Lagos detinham a posse da terra, ainda que existissem problemas de regularização fundiária ligados ao loteamento em Áreas de Proteção aos Mananciais, sendo assim, comenta que aqueles que venderam seus imóveis tinham como objetivo a realocação dentro do Parque Residencial dos Lagos ou ainda dentro do distrito do Grajaú.

Chamou também a atenção o bom estado do parque em geral, incluindo os *decks* em madeira (figura 16), além disso, foi possível visitar o Espaço Meninos da Billings (figura 17), organizado pelo “Ferrugem”, que promove entre outras atividades, a “Remada na quebrada”, que visa aumentar o contato de jovens e adultos com as águas da Billings. Segundo “Ferrugem” há ações que envolvem também a degustação de café orgânico

plantado na região e viagens de barco a motor entre o Parque Residencial dos Lagos e o município de São Bernardo do Campo.

Outro aspecto que se destacou foi a presença de grama sintética na quadra de futebol próximo do início do parque linear (figura 18). Segundo Anetilde, um influente vereador da Câmara Municipal de São Paulo instala grama sintética nos campos de futebol em todo o distrito do Grajaú, como forma de tentar angariar votos. Nas proximidades da mesma quadra há instalações de vigilância terceirizada contratada pela municipalidade (figura 20). Também foi possível identificar a solução de drenagem mencionada na subseção 3.3 (figura 19).

Ainda que tenha atraído alguns olhares, realização das fotografias em nenhum momento ensejou reações negativas de qualquer indivíduo que estivesse presente. Buscou-se manter discrição e evitar fotografar crianças e, quando fotografados adolescentes e adultos, buscou-se estabelecer o foco da câmera na paisagem e não em seus rostos¹.

Por fim, a visita de campo foi uma oportunidade valiosa, que contribuiu para facilitar a elaboração deste relatório e, sobretudo, permitiu uma melhor compreensão dos bairros Parque Residencial dos Lagos e Cantinho do Céu e da magnitude das intervenções de urbanização.

4.2 Agradecimentos

Salientamos que sem a colaboração das três mulheres citadas no início desta seção, a visita provavelmente não teria sido possível. Registramos aqui nossos agradecimentos a Anetilde, Gigi e Maria, que cederam preciosas horas de um sábado ensolarado para percorrer toda a extensão do parque linear a pé.

¹ Por conseguinte, no caso da figura 18, os rostos também foram desfocados

Figura 16 – Entre as ruas Pavão Dourado e Beija-flor de Cactus: deck de madeira no Parque Linear Cantinho do Céu, na área conhecida por Lago Azul pela comunidade, 14 de julho de 2018



Elaboração própria

Figura 17 – Rua Beija-flor de Cactus: Espaço Meninos da Billings no Parque Linear Cantinho do Céu, na área conhecida por Lago Azul pela comunidade, 14 de julho de 2018



Elaboração própria

Figura 18 – Rua João Bernardo Mendonça: observando a quadra de futebol no início do Parque Linear Cantinho do Céu, na área conhecida por Lago Azul pela comunidade, 14 de julho de 2018



Elaboração própria

Figura 19 – Rua João Bernardo Mendonça: observando o sistema tipo de drenagem no início do Parque Linear Cantinho do Céu, na área conhecida por Lago Azul pela comunidade, 14 de julho de 2018



Elaboração própria

Figura 20 – Rua João Bernardo Mendonça: observando a cabine de vigilância nas proximidades da quadra de futebol, na área conhecida por Lago Azul pela comunidade, 14 de julho de 2018



Elaboração própria

Referências

- ARCHDAILY-BRASIL. *Urbanização do Complexo Cantinho do Céu / Boldarini Arquitetura e Urbanismo*. 2013. Acesso em 08-08-2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-157760/urbanizacao-do-complexo-cantinho-do-ceu-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo>>. Citado 3 vezes nas páginas 11, 12 e 18.
- FRANÇA, E.; BARDA, M. (Org.). *Entre o céu e a água: O Cantinho do Céu = Sky and water, the living in between: the Cantinho do Céu*. [S.l.]: HABI: Superintendência de Habitação Popular, 2012. Citado 12 vezes nas páginas 6, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22 e 24.
- FRANÇA, E.; JUNIOR, A. S. F. *Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo*. [S.l.]: M. Carrilho Arquitetos, 2000. ISBN 85-87681-01-X. Citado 5 vezes nas páginas 5, 7, 8, 15 e 16.
- MATSUNAGA, M. K. *Cantinhos do Céu*. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015. Acesso em 08-08-2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-07032016-165649/pt-br.php>>. Citado 9 vezes nas páginas 5, 6, 7, 8, 9, 16, 17, 19 e 23.
- SILVA, F. L. da. *Metrópole corporativa e fragmentada: a urbanização da Península do Ribeirão Cocaia-Grajaú em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016. Acesso em 08-08-2018. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02122016-131109/pt-br.php>>. Citado 8 vezes nas páginas 6, 7, 8, 19, 20, 24, 25 e 26.

Glossário

APM Áreas de Proteção aos Mananciais. 26

BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. 15

BNH Banco Nacional da Habitação. 8

CMSP Companhia do Metropolitano de São Paulo. 25

CPTM Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. 9, 25

LPM Lei de Proteção aos Mananciais. 6

PDF Portable Document Format. 4

Sabesp Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. 15, 19

Sehab Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo. 15–17

SIG Sistema de Informações Geográficas. 4